



Câmara Municipal de Guanhães

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER JURÍDICO

Consulente: Câmara Municipal de Guanhães/MG.

Relatório

Trata-se o presente, de consulta encaminhada pelo ILMO. SR. Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Guanhães, visando à análise e a emissão de parecer jurídico, em termos de orientação quanto à legalidade e possíveis vícios que contenham o Projeto de Lei acima referido, tombado nesta Casa Legislativa sob o nº. 21/2010, que Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento de 2010 e dá outras providências.

Fundamentação

Trata-se de projeto de lei de autoria do Chefe do Executivo Municipal, que Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento de 2010.

Dispõe o inciso V, do art. 167 da Constituição da República que a abertura de crédito suplementar ou especial depende de prévia autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes.

No mesmo sentido, o art. 42 da Lei nº 4.320/64 que os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.



Câmara Municipal de Guanhães

ESTADO DE MINAS GERAIS

Quanto à iniciativa, é a do Chefe do Executivo, conforme previsão na Lei Orgânica do Município.

Assim, sob o aspecto da iniciativa e competência, o Projeto em análise harmoniza-se aos ditames legais.

Quanto ao mérito, impende-se destacar que a abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e, como o art. 41 da Lei 4.320/64 deixa claro que os créditos especiais são aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, não há dúvida que o Projeto em tela é de imensa importância para o Município, visto que a abertura deste crédito especial será para cumprir acordo judicial celebrado para manutenção do pronto atendimento de urgência e emergência do HIC.

Assim, a Administração por força de despesas que requerem prioridades nas suas aplicações, obriga a proceder à abertura de créditos especiais necessários aos seus atendimentos, visando o devido controle técnico e administrativo das finanças públicas municipais.

Com essa ótica administrativa, na busca de soluções de cunho e interesse público, viabilizando os atendimentos direcionados aos diversos setores da administração pública, requerem aplicações de recursos para atender as despesas prioritizadas.



Câmara Municipal de Guanhões

ESTADO DE MINAS GERAIS

Diante do exposto, opinamos que o Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo poderá tramitar regularmente na Casa Legislativa Municipal, visto que está juridicamente amparado pelo princípio da legalidade e demais princípios formais.

É o nosso parecer.

Guanhões, 21 de junho de 2010.

Lidiane Maria Vasconcelos de Pinho
Lidiane Maria Vasconcelos de Pinho
OAB/MG 117.257

Flaviano de Pinho Matos
Flaviano de Pinho Matos
OAB/MG 29.236